

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.435 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2002



Cândido: flexibilização da CLT pode levar a greve geral

Os partidos de oposição e as centrais sindicais vão preparar greve geral para março, caso o governo insista na aprovação do projeto que flexibiliza a CLT. A informação é de Geraldo Cândido.

PMDB decidirá em conjunto sobre o projeto, diz Nabor Júnior

Nabor Júnior afirma que a posição do PMDB sobre o projeto de flexibilização da CLT será decidida pela bancada, como ocorre com os temas mais polêmicos, e adianta que cumprirá a orientação partidária.

PÁGINA 3

Congresso relaciona todas as propostas contra a criminalidade

Lista dos projetos em tramitação no Senado e na Câmara deve ser apresentada hoje pelas consultorias

O prazo estabelecido para que as consultorias legislativas do Senado e da Câmara relacionem todas as propostas sobre criminalidade e violência pública em tramitação nas duas Casas termina hoje. Cópias das matérias serão entregues aos parlamentares que integrarão a comissão

especial encarregada de analisá-las para definir as prioridades de votação. A comissão será designada pelo presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, com base nas indicações dos líderes partidários, previstas para a reabertura dos trabalhos legislativos, no dia 15.

PÁGINA 2

Senadores rebatem crítica de Fernando Henrique ao Legislativo

Em resposta ao presidente Fernando Henrique, que responsabilizou o Congresso pela demora na aprovação de projetos contra a violência, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que o problema da segurança "é mais de execução do que do Legislativo". Para José Eduardo Dutra, Fernando Henrique age de má-fé. Edison Lobão lembrou que o Congresso nunca deixou de votar leis de interesse nacional. Bernardo Cabral ironizou a cobrança.

PÁGINA 2



Para Ramez Tebet, "o Executivo tem de fazer a parte dele"

Geraldo Melo: é salutar que haja amplo entendimento entre os partidos



Geraldo Melo espera acordo para prorrogar a CPMF

O líder do PSDB, senador Geraldo Melo, afirmou que acordo entre os partidos políticos deverá garantir a aprovação da PEC que prorroga a CPMF até 31 de dezembro de 2004

Osmar: reforma poderia tornar contribuição permanente

O senador Osmar Dias defendeu a transformação da CPMF em contribuição permanente. A mudança, disse, deve ocorrer juntamente com ampla reforma tributária

PÁGINA 3



Osmar Dias: CPMF deixa pouca margem para a sonegação

Propostas sobre segurança serão conhecidas hoje

As consultorias da Câmara e do Senado devem apresentar relação das proposições, em debate nas duas Casas, sobre o combate à violência. A lista servirá de base para o trabalho da comissão especial que estudará o tema a partir do dia 15

Termina hoje o prazo para que as consultorias legislativas da Câmara e do Senado selecionem os projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, em tramitação nas duas Casas, que tenham relação com os temas segurança e violência. O prazo foi estabelecido pelo presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, que convocou para a próxima sexta-feira, dia 15, sessão conjunta para instalação da comissão especial de deputados e senadores que vai analisar propostas referentes ao combate à violência no país.

Segundo o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, foram entregues ao consultor-geral do Senado, Sérgio Pena, todos os projetos de lei do Senado, os projetos de lei da Câmara e a proposta de emenda à Constituição em tramitação na Casa para que os consultores definam quais proposições podem ter impacto na diminuição da criminalidade. A idéia, disse Carreiro, é que os deputados e senadores da comissão especial recebam os avulsos de todas as propostas em tramitação.

A instalação da comissão especial será no Plenário do Senado, logo após a sessão solene de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em 2002, com início marcado para as 12h do dia 15. Não se exige quórum mínimo de senadores e deputados para a abertura da sessão.

A comissão especial será composta de 19 senadores e 19 deputados, com igual número de suplentes. Até o momento, somente as lideranças do PFL e do PSDB no Senado indicaram os membros para compor o colegiado.

Dutra: Fernando Henrique agiu de má-fé ao criticar Legislativo

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), reagiu ao discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que responsabilizou o Congresso pela demora na aprovação de projetos ligados à segu-



Segundo Dutra, base do governo impede unificação das polícias

O senador concorda com a tese defendida pelo presidente de que o projeto mais importante sobre segurança pública em tramitação na Casa é o da unificação das polícias Civil e Militar.

Dutra, no entanto, contesta o argumento de Fernando Henrique de que o projeto de unificação das polícias não é votado porque setores do Congresso impedem que a proposta seja colocada em discussão no Plenário. Para o senador, "a base governista é que está ligada a grupos corporativistas da polícia que nunca tiveram interesse na aprovação do projeto".

Segundo o presidente, "se quiser, o Congresso aprova os principais projetos em uma semana".

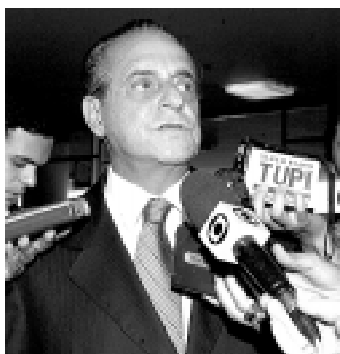
— Só a ignorância ou a má-fé justifica declarações nesse sentido. Como Fernando Henrique já foi senador, a hipótese de ignorância está descartada — disse.

Para Tebet, governo precisa parar de cobrar do Congresso

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que o problema da segurança pública "é mais de execução do que do Legislativo". Segundo disse, o governo precisa parar de cobrar do Congresso Nacional o que não é responsabilidade exclusiva dos parlamentares. A questão "é mais de ação do que de lei", afirmou.

— Nós já temos leis, vamos melhorar as leis, mas o Executivo é que tem de fazer a parte dele — destacou o senador.

De manhã, em inauguração de um centro de segurança na região do Entorno do Distrito Federal, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, declarou que o governo já selecionou os principais projetos sobre segurança em tramitação no Congresso. De acordo com Fernando Henrique, os parla-



Tebet: problema de segurança pública "é mais de execução do que do Legislativo"

mentares poderiam, em uma semana, votar todas as propostas.

INGERÊNCIA
Além de rebater as acusações, Ramez Tebet criticou a ingerência do Executivo em assuntos internos do Congresso, como a seleção das matérias que devem ser votadas

prioritariamente.

— É claro que segurança é prioridade. Mas quem vai estabelecer as prioridades do Congresso Nacional é o próprio Congresso Nacional. Segurança é prioridade um, mas não vamos votar nada com açodamento — afirmou o presidente do Senado, que também preside o Congresso.

Para Tebet, o Congresso "vai votar dentro da lei, com responsabilidade", como é seu dever.

— Não podemos votar por votar. Temos de votar as coisas certas, corretas — disse.

Cabral lembrou empenho do governo para aprovar PEC da reeleição



Cabral ironiza fala do presidente da República

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ironizou as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, que afirmou ser o Congresso moroso nas decisões e incitou o Legislativo a agilizar a aprovação dos projetos contra a violência. "Basta haver o mesmo empenho que houve para aprovar o instituto da reeleição do presidente da República", comentou o senador.

Fernando Henrique afirmou que "num mutirão, em uma semana", o Congresso poderia votar os 20 projetos selecionados pelo governo sobre segurança pública. Segundo o presidente, interesses setoriais e de corporações impedem que as matérias avancem no Congresso.

Congresso sempre votou leis de interesse nacional, diz Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA), primeiro vice-presidente do Senado, afirmou que o Congresso Nacional "nunca deixou de votar leis de interesse nacional". Não será somente agora, disse, pelo fato de o presidente da República ter cobrado pres-



Lobão: cobrança não mudará comportamento do Congresso

sa das duas Casas para a deliberação de matérias essenciais para viabilizar a administração federal, que as votações ocorrerão. Lobão fez a afirmação ao comentar as cobranças feitas ao Congresso por Fernando Henrique Cardoso. O presidente da República culpou os parlamentares pela demora na votação de propostas consideradas prioritárias pelo go-

verno, destacando a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como uma delas.

O vice-presidente do Senado recordou que a própria CPMF já foi prorrogada pelo Congresso, atendendo a interesse de viabilidade administrativa do governo federal, o que demonstra o equilíbrio do Parlamento na discussão dos temas mais importantes do país.

O senador disse estar convencido de que, logo na segunda quinzena de fevereiro, os líderes dos partidos deverão encaminhar à discussão as proposições de caráter prioritário "que consultem o interesse nacional".

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Flexibilização da CLT pode levar a greve geral, afirma Cândido

Os partidos de oposição e as principais centrais sindicais vão preparar uma greve geral para março, caso o governo insista na aprovação do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A informação foi dada ontem pelo senador Geraldo



Cândido diz que oposição não aceita redução dos direitos dos trabalhadores

Cândido (PT-RJ). Ele acrescentou que a oposição está preparada para enfrentar o embate pela manutenção dos direitos dos trabalhadores.

Cândido adiantou que a primeira providência da oposição será tentar retirar o regime de urgência constitucional do projeto — o que exige a tramitação da matéria em 45 dias — e depois empreender debates com os parlamentares e a sociedade em geral para mostrar que os trabalhadores perderão seus direitos com as mudanças.

— Vamos organizar uma comissão de senadores da oposição para conversar com o senador Renan

Calheiros (PMDB-AL) e o presidente da Casa, Ramez Tebet, apelando para que mantenham as posições que firmaram no ano passado, quando disseram que não aceitavam a urgência para matéria dessa natureza — afirmou.

Ele também observou que o projeto vai fragilizar ainda mais os sindicatos, que já estão enfraquecidos em função da política econômica e das privatizações promovidas pelo governo, que, por sua vez, acentuou, causou desemprego e crescimento do emprego informal e da terceirização.

— Não é verdade que as centrais sindicais estejam reconhecendo sua falta de força quando alegam que o projeto retira delas ainda mais poderes. A verdade é que esse projeto foi encomendado pelos grandes grupos empresariais com a intenção de retirar direitos dos trabalhadores — reforçou.

Nabor Júnior aguarda posição do PMDB sobre projeto do governo

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse ontem que seu partido deverá se reunir logo nos primeiros dias do novo ano legislativo para discutir, entre outros pontos, o projeto do governo que modifica regras da Consolidação das Leis do Trabalho. O projeto já foi aprovado na Câmara, tra-



Nabor Júnior: à primeira vista, não há prejuízos para os trabalhadores

mita em regime de urgência na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e foi listado como prioridade pelo Executivo para os trabalhos do Congresso neste semestre.

— Como em outras propostas que envolvem maior polêmica, o PMDB irá se reunir para definir uma posição e eu seguirei a orientação partidária — adiantou o senador, acrescentando, no entanto, que à primeira vista não lhe parece que o projeto subtraia direitos do trabalhador.

Ele citou, por exemplo, o parcelamento do décimo terceiro salário, permitido pelo projeto, o que, em sua opinião, é uma providência razoável, considerando-se as dificul-

dades que os empresários enfrentam em determinados momentos.

— É comum se ouvir falar de empresas que quebraram porque não conseguiram arcar com compromissos junto aos empregados. Se houvesse alternativa mais ágil de negociação, talvez essas situações pudessem ser evitadas. Entendo que o projeto não causa prejuízos ao trabalhador, mas flexibiliza alguns direitos — argumentou.

O senador aproveitou para comentar o balanço feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na última quarta-feira, em comemoração aos sete anos do Plano Real. Nabor Júnior considera que, apesar dos problemas estruturais do país, é preciso reconhecer que o governo conseguiu estabilidade econômica, com a queda e o controle da inflação. Ele citou ainda os avanços registrados nos últimos anos nos setores de educação e saúde.

Melo defende acordo para garantir prorrogação da CPMF

Líder do PSDB diz que entendimento não é indispensável, mas seria “salutar”, por evitar prejuízos com a suspensão temporária da cobrança

O senador Geraldo Melo (RN), líder do PSDB, afirmou ontem que um acordo entre os partidos políticos poderá garantir a votação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja vigência terminará em 18 de junho próximo. Para que não haja suspensão da cobrança, a emenda constitucional terá de ser votada pelo Congresso até 17 de março, porque contribuições só podem ser cobradas 90 dias depois de instituídas (ou prorrogadas).

— A prorrogação da CPMF com certeza será votada pelo Congresso. Não é indispensável, mas é salutar que se faça um amplo entendimento entre os partidos da base do governo e da oposição para que a votação seja feita em tempo hábil, evitando prejuízos para o país — ponderou Geraldo Melo.

Conforme o Executivo, cada semana de suspensão da CPMF deixa de levar aos cofres públicos mais de R\$ 400 milhões.

A proposta de emenda constitucional prevendo a prorrogação en-



Melo sugere que partidos colaborem com agenda para facilitar votações em ano eleitoral

contra-se tramitando na Câmara, onde é relatada pelo deputado Delfim Netto (PPB-SP), que propôs alterações com relação à proposta original do governo federal. Depois de votada pelos deputados, a matéria será remetida ao exame dos senadores.

Para o senador Geraldo Melo, um acordo partidário será importante para desobstruir a pauta de votações da Câmara e do Senado, o que permitiria a votação do projeto da CPMF. Assim que for encerrado o recesso parlamentar, os parlamentares devem votar três medidas provisórias que têm prioridade e,

caso não sejam votadas, obstruem a pauta de votações antes de expirado o prazo de vigência, que, pelas regras atuais, é de 120 dias.

— Não se trata de pedir às oposições adesão para votar a emenda da CPMF. Trata-se de pedir a todos os partidos, de oposição ou não, que colaborem com essa agenda, considerando as peculiaridades de 2002 — acrescentou o líder do PSDB no Senado. Para ele, por ser ano de eleições, “difícilmente no segundo semestre será possível discutir e votar muitas matérias, em virtude da campanha eleitoral”.

A CPMF é um dos 67 projetos que o Executivo quer que o Congresso vote neste ano, conforme lista divulgada pelo Palácio do Planalto. A contribuição já é a quarta maior arrecadação do governo federal, perdendo apenas para o Imposto de Renda, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Seu valor está previsto em R\$ 21,3 bilhões em 2002.

Osmar Dias cobra ampla reforma tributária

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como imposto permanente, porém a partir da adoção de uma ampla reforma tributária.

Para Osmar Dias, melhor do que prorrogar indefinidamente a cobrança do tributo, como propõe o governo, seria torná-lo permanente. Isso seria possível dentro de um novo quadro de arrecadação, com menos impostos e menor carga tri-

butária, porém mais eficiente.

Na opinião do senador, a CPMF viabiliza recursos para o governo, por ser um imposto que deixa pouca margem à sonegação, uma vez que é cobrada proporcionalmente de todos os que fazem movimentação financeira.

— Se é para ficar prorrogando de tempos em tempos e mudando o índice, deveria ser instituído um tributo permanente, evidentemente compensado com uma reforma tributária modernizadora — enfatizou.



Para Osmar Dias, CPMF poderia ser permanente, mas num novo quadro de arrecadação

Carlos Bezerra quer garantir direitos a avulsos

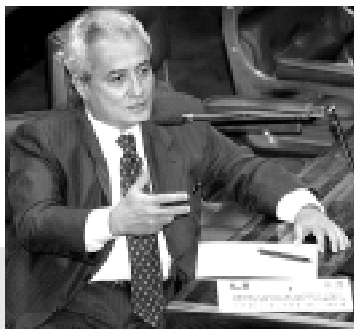
A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve apreciar, em caráter terminativo, ao retomar os seus trabalhos, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estende aos trabalhadores avulsos os mesmos benefícios assegurados aos trabalhadores regulares pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Segundo Carlos Bezerra, a Constituição federal de 1988 já prevê a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício

permanente e o trabalhador avulso, faltando, apenas, detalhar e tornar prática essa norma.

Pelo que prevê o projeto, os trabalhadores avulsos passariam a ter, entre outros, direito a indenização compensatória nas despedidas arbitrárias ou sem justa causa, equivalente a 8% da remuneração anual; contagem de tempo de serviço prestado como avulso, para efeito de recebimento do seguro-desemprego; Fundo de Garantia do Tempo de Ser-

viço (FGTS) ou acréscimo salarial equivalente; 13º salário; adicional noturno e hora reduzida na jornada noturna; salário-família; jornada de 8 horas de trabalho diárias ou 44 horas semanais; repouso semanal remunerado; remuneração de serviço extraordinário; férias anuais remuneradas em um terço a mais que o salário normal; licença-gestante e licença-paternidade; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e adicional de insalubridade.



Carlos Wilson estranha que poucos hospitais garantam atendimento diferenciado a idosos

Carlos Wilson quer atenção especial a idoso em hospital

A Comissão de Assuntos Sociais delibera nos próximos meses sobre projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que obriga os hospitais públicos e privados a possuir ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas com mais de 65 anos.

O projeto, que será votado em decisão terminativa, determina que o hospital que não oferecer esses serviços ficará sujeito ao pagamento de multa. Caberá ao Poder Executivo fiscalizar o cumprimento da lei.

Em defesa da proposta, Carlos Wilson disse que a Constituição já garante a dignidade e o bem-estar dos idosos, impondo às famílias, à sociedade e ao Estado o dever de ampará-los. Em razão disso, é assegurada aos maiores de 65 anos a gratuidade nos transportes coletivos urbanos, e o Código de Processo Civil dá a eles prioridade nos processos em que figuram como parte.

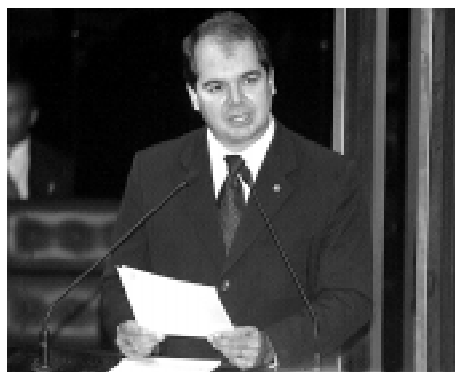
O senador também observou que no dia-a-dia são comuns situações em que os idosos desfrutam de tratamento diferenciado, como a preferência em filas. O que ele estranha é que nos hospitais a realidade seja outra. Conforme explicou, são poucos os que possuem ambulatórios e unidades de internação voltados para o atendimento preferencial dos idosos, realidade que seu projeto pretende modificar.

Tião Viana acusa governo de negligenciar hanseníase

Compromisso assumido pelo Brasil com organismos internacionais de saúde não está sendo cumprido, afirma senador

O senador Tião Viana (PT-AC) acusou o governo federal de não cumprir compromisso firmado em 1990 com a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde de em dez anos baixar os casos de hanseníase para menos de um para cada 10 mil habitantes. O Brasil continua em segundo lugar no número de casos da doença, atrás apenas da Índia. Na América Latina, 86% dos casos de hanseníase são registrados no Brasil.

Em 1999, o senador cobrou engajamento do presidente Fernando Henrique Cardoso e recebeu como resposta o compromisso de manter o orçamento de R\$ 14 mi-



Tião Viana diz que Executivo descumpe promessa feita por FHC em 1999

lhões por ano no combate às doenças de pele, além de ações efetivas de comunicação nos 364 municípios mais atingidos pela hanseníase. “Com isso, nós daríamos um grito de liberdade em re-

lação à doença em seus casos mais agudos. Mas, lamentavelmente, não houve o cumprimento governamental dessa pactuação”, disse Tião Viana.

O bacilo que transmite a hanseníase é mais comum em locais com condições de vida precárias. No Brasil, as regiões com maior incidência são Norte, principalmente no sul do Pará e Tocantins, Centro-Oeste e Nordeste. A doença é transmitida pela respiração e, das quatro formas da hanseníase, duas são contagiosas. A hanseníase não mata; faz surgir manchas na pele, e com o tempo o doente perde a sensibilidade nos locais atingidos.

Matusalém endossa avaliação positiva de FHC

O líder do PPB no Senado, Fernando Matusalém (RO), concordou ontem com a avaliação positiva feita pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre a implantação do Plano Real. Presente ao evento realizado na véspera no Palácio do Planalto, Matusalém comentou que o presidente deu ênfase aos avanços registrados pelo governo.

Os dados mostram, na opinião do senador, que ocorreram grandes conquistas sociais e econômicas no primeiro e no segundo mandatos do presidente, que anunciou o lançamento do cartão Rede de Proteção Social (RPS), abrangendo todos os programas sociais do governo.

— As principais obras do programa Avança Brasil serão concluídas no corrente ano — acres-

centou Matusalém.

Entre os dados citados pelo presidente da República, o senador destacou os relativos à pobreza de boa parte da população brasileira, em que há cerca de 13 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza absoluta, ganhando em torno de US\$ 1 por dia, e outras 32 milhões de pessoas ganhando US\$ 2 por dia. As ações sociais do governo devem voltar-se para essa camada da população, na opinião do senador, “pois é inadmissível que num país rico, como o nosso, o povo esteja passando fome”.

Fernando Matusalém disse também que concorda plenamente com a afirmação de Fernando Henrique “de que todos somos responsáveis por todos”. No que diz respeito à segurança



Fernando Matusalém: dados mostram que ocorreram grandes conquistas sociais e econômicas

pública, o senador registrou ainda sua concordância com a idéia de que “essa guerra contra a violência não se ganha sem integração, inteligência e recursos”.

Como líder do PPB, Matusalém comprometeu-se a defender e aprovar as propostas do governo de combate à criminalidade que tramitam no Congresso.



Projeto de Ricardo Santos prevê matrícula no ensino fundamental a partir de 6 anos

Ricardo Santos propõe antecipar ingresso na escola

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação resolve nos próximos meses se aprova projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que obriga o poder público a matricular no ensino fundamental todas as crianças a partir de 6 anos. Levando em conta que a tendência internacional conduz ao aumento geral da escolaridade, o projeto objetiva antecipar e ampliar o ensino fundamental para a maioria da população.

O texto obriga o atendimento das seguintes condições: plena observância da oferta de vagas nas redes escolares; atingimento da taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% da faixa etária de 7 a 14 anos; e não redução da média de recursos por aluno do ensino fundamental em razão da incorporação das crianças de 6 anos.

Em defesa da iniciativa, Ricardo Santos disse que as deficiências qualitativas da educação e as condições socioeconômicas do país sugerem a necessidade de ampliar o tempo do aluno na escola, embora seja igualmente importante acompanhar o que educadores e educandos fazem com esse tempo. Ele também afirmou que seu projeto respeita o pacto federativo e manda observar, em cada sistema de ensino, as condições sociais e pedagógicas locais.

Projeto de Lúcio Alcântara estabelece direitos dos pacientes

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante ao paciente acesso a todas as informações sobre o seu estado de saúde, riscos e benefícios dos tratamentos prescritos e o manuseio do respectivo prontuário médico. De acordo com a proposição, o paciente consciente e que não estiver em perigo de vida poderá até aceitar ou recusar tratamento, procedimento diagnós-

tico ou terapêutico que lhe for prescrito, desde que tenha aval de um familiar.

O projeto classifica como ato de negligência o do médico que deixar de esclarecer ao paciente e seus familiares as reais condições de saúde do enfermo e os riscos decorrentes da opção por não seguir o tratamento ou realizar o procedimento prescrito.

Lúcio Alcântara, que é médico, informou que a garantia dos direitos dos pacientes é comum em

vários países, tanto no exercício da medicina como nos tribunais de Justiça e nos códigos de ética das organizações profissionais. No Brasil, observou, essas garantias não existem, apenas prevalecendo a opinião dos profissionais da área de saúde.

Para o senador, o estabelecimento legal dos direitos dos pacientes fará com que os trabalhadores e os serviços de saúde passem a reconhecer todos os pacientes como pessoa, “com base em

princípios de respeito à dignidade, à vida privada, ao sigilo médico e à autonomia”.

Na CCJ, o projeto será relatado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). Depois de votada nessa comissão, a matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo — o que significa que, se aprovada, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja submetida ao Plenário.



Alcântara defende “respeito à dignidade, à vida privada, ao sigilo médico e à autonomia”